



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 02/XII/4.<sup>a</sup>SL**

Aos 17 dias do mês de setembro de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

- **Proposta de lei n.º 245/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;**

**Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**

- **Proposta de Lei n.º 246/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada;**

**Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**

- **Proposta de Lei n.º 247/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março;**

**Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**

- **Projeto de Lei n.º 632/XII/3.<sup>a</sup> (PS) - Procede à alteração do Código Penal, permitindo a declaração de indignidade sucessória, como efeito da pena aplicada, no âmbito de sentença condenatória pela prática do crime de homicídio;**

**Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)**

- **Projeto de Lei n.º 645/XII/3.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado e alteração ao Código Penal;**

**Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 02/XII/4.<sup>a</sup>SL**

- **Projeto de Lei n.º 634/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais;**

**Relator - Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)**

- **Proposta de Lei n.º 240/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetonitrilo à tabela anexa V.**

**Relatora: Deputada Elza Pais (PS)**

- 3** **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição urgente da Senhora Ministra da Justiça com o objetivo de debater a situação existente nos tribunais portugueses e as medidas necessárias e urgentes para superar as dificuldades encontradas na entrada em vigor do novo mapa judiciário;**
- 4** **Admissão e distribuição de petições;**
- 5** **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 6** **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão, e não havendo lugar à distribuição de iniciativas legislativas, passou-se à apreciação do parecer sobre a [proposta de lei n.º 240/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetonitrilo à tabela anexa V, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), que alertou para o facto de, na exposição de motivos da iniciativa em apreciação, o proponente não clarificar se é, ou não, reconhecido à substância em causa valor medicinal, (caso em que se poderia justificar a consulta das entidades competentes para o efeito), aspeto que deveria ser tido em conta para futuro. No final, submetido a votação, o parecer (partes I e III) foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 02/XII/4.<sup>a</sup>SL**

Uma vez que não se encontravam presentes os Senhores Deputados relatores das demais iniciativas agendadas, a apreciação das mesmas foi adiada para o final da reunião.

Procedeu-se, então, à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audiência urgente da Senhora Ministra da Justiça com o objetivo de debater a situação existente nos tribunais portugueses e as medidas necessárias para superar as dificuldades encontradas na entrada em vigor do novo mapa judiciário. Face à situação anómala que se vivia nos tribunais, relacionada com a utilização da plataforma informática CITIUS, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) sublinhou que o Governo tinha o dever de informar a Assembleia da República sobre que medidas estavam a ser tomadas para corrigir essa situação, tendo o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) afirmado que tudo o que pudesse ser feito para minorar esse problema mereceria a concordância do Grupo Parlamentar do PSD. Por sua vez, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) disse que o Grupo Parlamentar do PS iria votar favoravelmente o requerimento, mas criticou o facto de estar a querer transformar-se uma questão política numa questão técnica, porque o que estava em causa era a incapacidade do Governo em implementar a sua própria reforma. Terminado o debate, o requerimento do PCP foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi admitida e distribuída a seguinte petição:

PETIÇÃO	PETICIONANTE (S)	ASSUNTO	RELATOR DESIGNADO
<a href="#">425/XII/3.<sup>a</sup></a>	Radamés Munir da Silva Oliveira	Solicita a alteração do n.º 3 do artigo 91.º do Regime de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Português (REPSAE), conjugado com os n.ºs 1 a 3 do artigo 57.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2013, que impede a acumulação da situação de estudante com o exercício de uma atividade profissional por conta própria.	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 02/XII/4.<sup>a</sup>SL

Retomando o segundo ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do [projeto de lei n.º 634/XII/3.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD), e, no final, aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV

Em seguida, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou conjuntamente os seus pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas: [proposta de lei n.º 245/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu; [proposta de Lei n.º 246/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada; e [proposta de lei n.º 247/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

Após um debate, em que intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), José Magalhães (PS), António Filipe (PCP), Isabel Alves Moreira (PS) e Hugo Velosa (PSD), os pareceres (partes I e III) foram aprovados por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Foi igualmente apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 632/XII/3.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - Procede à alteração do Código Penal, permitindo a declaração de indignidade sucessória, como efeito da pena aplicada, no âmbito de sentença condenatória pela prática do crime de homicídio, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), e, após um breve debate, em que intervieram o Senhor

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 02/XII/4.<sup>a</sup>SL**

Deputado Luís Pita Ameixa (PS) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), o parecer (partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

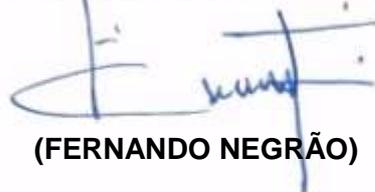
Procedeu-se, ainda, à apreciação do parecer sobre o [projeto de lei n.º 645/XII/3.<sup>a</sup> \(PSD/CDS-PP\)](#) - Primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado e alteração ao Código Penal, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS). No debate que se seguiu, o Senhor Deputado relator referiu que, atenta a matéria em presença, importaria ainda ouvir a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), aspeto que incluiu no texto do respetivo parecer, entendimento que mereceu a oposição da Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD), tendo esta sugerido que a consulta da CADA passasse a constar da parte do parecer reservada à opinião do relator e não sujeita a votação. Tal sugestão não foi acolhida pelo Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que declarou não alterar o teor do parecer por considerar a referida audição obrigatória.

No final, submetido a votação, o parecer (partes I e III) foi aprovado, com votos a favor do PS e do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP, na ausência do BE e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: Aprovada em 01-10-2014**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 02/XII/4.<sup>a</sup>SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Carlos Abreu Amorim  
Elza Pais  
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Isabel Oneto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório  
João Lobo  
José Luís Ferreira  
Telmo Correia